

A. I. Nº - 120018.0007/24-4  
AUTUADO - ECOPEL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.  
AUTUANTE - JOÃO ROBERTO DE SOUSA e AIDIL ISABEL DE SOUSA  
ORIGEM - DAT METRO / IFEP INDÚSTRIA  
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 01/10/2025

**4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0181-04/25-VD**

**EMENTA:** ICMS. DEFESA PREJUDICADA. ESCOLHA VIA JUDICIAL. INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA ESGOTADA. A propositura de medida judicial pelo sujeito passivo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa ou desistência da impugnação ou recurso acaso interposto, em conformidade com a art. 126 do COTEB/BA. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado em 30/09/2024, com ciência ao autuado em 02/10/2024, para exigir débito de R\$ 1.513.596,67, acrescido da multa de 60%, conforme demonstrativo às fls. 7 e 8 dos autos, relativo aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio e julho a dezembro de 2022; janeiro, fevereiro e abril a dezembro de 2023, e janeiro a junho de 2024, sob a acusação de:

*INFRAÇÃO 01 – 002.001.001*

*Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referente a prestações escriturados nos livros fiscais próprios.*

*Falta de recolhimento do ICMS, conforme Demonstrativo do conta corrente do ICMS constante do Anexo Único deste PAF, em virtude da suspensão, pelo Conselho Deliberativo do DESENVOLVE, da Resolução 64/2018, de 04/09/2018 através da Resolução nº 77/2020, de 15/12/2020.*

O autuado, através do seu sócio, apresentou defesa, às fls. 16 a 39 dos autos, onde, inicialmente, salienta que impetrou Mandado de Segurança, sob nº 8180654-85.2024.8.05.0001, na 5ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, em face dos atos praticados pelo Conselho Deliberativo da SDE, vez que a referida autoridade coatora suspendeu o benefício fiscal do DESENVOLVE ilegalmente, como restará provado, o que terminou por ocasionar a lavratura do presente Auto de Infração.

Neste sentido, por medida de cautela se faz necessária a suspensão do trâmite do presente feito, vez que o julgamento do Mandado de Segurança é matéria prejudicial à higidez do lançamento, que, repita-se, encontra-se consubstanciado em situação na qual o contribuinte encontra-se fora do benefício do DESENVOLVE no período, quando, em verdade, sua suspensão se deu de forma ilegal, por não possuir previsão na legislação, dentre outras incorreções, e, arbitrária. Assim, desde já, requer o sobrestamento do presente feito até o trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 8180654-85.2024.8.05.0001, vez que se discute, no mencionado processo, questão prejudicial à presente autuação.

Em seguida, o defendente destaca que é detentor do benefício fiscal do DESENVOLVE desde 2018, através da Resolução nº 64/2018, do que salienta, à época da publicação da resolução concessiva, encontrava-se inserida no regime do Simples Nacional para apuração de tributos, conforme fora fixado no Protocolo de Intenções, e, deste modo, o benefício fora deferido, em 07/09/2018, tendo como condição estipulada para o início do seu gozo a alteração de regime de tributação do Simples Nacional para o Lucro Real ou Presumido, quando o ICMS passaria ao regime de apuração normal.

Diz que somente através do auto de infração em epígrafe foi que tomou ciência de que teve sua resolução suspensa através de publicação de nova resolução, a de nº 77/2020 e que a boa prática administrativa sugere que, além da publicação oficial, a administração tributária deve utilizar

outros meios de comunicação, como notificações diretas via correio, e-mail ou até mesmo pelo Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), para assegurar que o contribuinte receba a informação de maneira clara e tempestiva. E que agrava esta omissão do poder público o fato de que a empresa, enquanto não implementava seu projeto de ampliação intencionado, estava respondendo aos questionamentos e contatos por parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE.

Aduz que a falta de comunicação adequada pode prejudicar o contribuinte, que pode continuar operando sob a presunção de que ainda possui o benefício fiscal, resultando em autuações e penalidades inesperadas, o que ocorreu. Em alguns casos, a justiça tem reconhecido a falha na comunicação como um motivo válido para contestar a autuação, especialmente se o contribuinte puder demonstrar que agiu de boa-fé e que a falta de notificação adequada comprometeu sua capacidade de cumprir com as obrigações tributárias.

Ressalta que a empresa sempre esteve disponível a prestar as informações solicitadas pela SDE, quando demandada, que foi o que ocorreu em todo período do acompanhamento anterior à “suspensão”, conforme relatos que cita, e que nenhum indicativo ou sugestão de suspensão se identifica nas referidas peças, do que entende que a Resolução nº 77/2020, em seu art. 1º, é embasada em relatório não conclusivo, que apenas relata o não início das atividades de ampliação, e que, destaque-se, ainda não estava no prazo inicialmente projetado para tanto, do que tece outras considerações.

Diz que foi intimada pela SEFAZ acerca da lavratura de dois Autos de Infração e, ao analisar as planilhas neles contidas, observou que o débito lançado guardava relação com a parcela incentivada, pelo benefício fiscal ao qual o impetrante encontrava-se em gozo, nos de números 1200180007/24-4 e 1200180006/24-8, que cobra o DIFAL sobre as aquisições de ativo imobilizado, pelo mesmo motivo da ‘suspensão’ do DESENVOLVE.

Cita que, segundo parecer do Conselheiro Relator, a motivação brevemente salientada é a questão de a empresa estar no “SIMPLES”, além de descrever o já informado em Relatório por parte do Representante da empresa de que “o mercado não reagiu como esperava e solicitou mais um ano para possível implantação...”. Contudo, o defendente destaca que o não início das atividades de ampliação inicialmente projetadas ocorreu com o agravamento da PANDEMIA da COVID-19, bastando para isso verificar os prazos comprometidos, como por exemplo, a deliberação da suspensão ocorreu em 22/12/2020, momento de pico da emergência de saúde, que, sob ampla divulgação conhecida de todos, afetou severamente a economia global, não deixando de ser diferente no Estado da Bahia.

Enfatiza que, se a decisão de suspensão não interrompeu o prazo de fruição do benefício de 12 (doze) anos, estabelecido na Resolução concessiva 64/2018, ou seja, continuou contando seu prazo (benefício vigendo), inclusive durante sua suspensão, automaticamente os efeitos desta cessam, quando deixam de existir os pressupostos para sua decisão, ou seja, quando da saída do SIMPLES NACIONAL, o que ocorreu a partir de 2022, período inicial da autuação, eis que toda SUSPENSÃO de qualquer ato administrativo tem seu termo inicial e final, pois a suspensão é uma interrupção temporária de um serviço, contrato ou atividade. Após o período de suspensão, a atividade ou serviço pode ser retomado normalmente. Diferente do CANCELAMENTO ou CASSAÇÃO, que é a interrupção permanente de um serviço, contrato ou atividade. O cancelamento é irreversível, uma vez cancelado o serviço ou contrato não pode ser retomado sem um novo acordo ou contrato.

Passa a discorrer sobre itens do tipo:

- DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ASSINADO COMO SIMPLES NACIONAL, SOB CONDIÇÃO RESOLUTÓRIA POSTERIOR.
- DO TERMO FINAL TÁCITO DA SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO.
- DA FALTA DE PREJUÍZOS AO ESTADO.
- DA “SUSPENSÃO DA SUSPENSÃO” DOS EFEITOS DA RESOLUÇÃO 77/2020.
- DA UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL DE BOA-FÉ.

- DA FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA “SUSPENSÃO” DE RESOLUÇÃO DO DESENVOLVE, e
- DO PRIMADO DO PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL

Por fim, com base nos princípios da razoabilidade e da verdade material, considerando que: *i)* não teve ciência prévia da ‘suspensão’ do benefício do DESENVOLVE; *ii)* respondeu todos os questionamentos da Coordenação de Acompanhamento e Monitoramento da SDE, anteriores à ‘suspensão’; *iii)* utilizou o benefício fiscal de boa-fé; *iv)* não causou prejuízos à arrecadação do Estado e *v)* sempre cumpriu com as obrigações tributárias, requer que seja julgado improcedente o Auto de Infração, do que anexa documentos às fls. 40 a 83 dos autos e protesta pela posterior produção de todos os meios de prova admitidos em Direito, especialmente documental.

A autuante apresentou informação fiscal, às fls. 85 dos autos, na qual, após sinopse da acusação e das razões de defesa, salientou que *“Cabe à fiscalização verificar se os benefícios concedidos pelo Estado aos contribuintes estão de acordo com as normas estabelecidas. No caso em tela, a autuada teve o benefício suspenso, logo, foram reclamados os créditos utilizados em desacordo com essas mesmas normas”*, concluindo, assim, pela procedência do Auto de Infração.

Registro o comparecimento à sessão virtual de julgamento, realizada nesta data do representante legal do autuado, Dr. Daniel Menezes Prazeres, OAB/BA nº 23.279, para fim de efetuar sustentação oral dos argumentos defensivos.

É o relatório.

## VOTO

O Auto de Infração nº 120018.0007/24-4, lavrado em 30/09/2024, exige do sujeito passivo o ICMS no total de R\$ 1.513.596,67, acrescido da multa de 60%, pelo cometimento da Infração de código 002.001.001, sob a acusação de deixar de recolher o ICMS, nos prazos regulamentares, referente a operações escriturados nos livros fiscais próprios, nos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio e julho a dezembro de 2022; janeiro, fevereiro e abril a dezembro de 2023, e janeiro a junho de 2024, sendo consignado *“Falta de recolhimento do ICMS, conforme Demonstrativo do conta corrente do ICMS constante do Anexo Único deste PAF, em virtude da suspensão, pelo Conselho Deliberativo do DESENVOLVE, da Resolução 64/2018, de 04/09/2018 através da Resolução nº 77/2020, de 15/12/2020.”*

Nas razões de defesa o autuado, preliminarmente, requer o sobrestamento do presente feito até o trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 8180654-85.2024.8.05.0001 (fls. 54/56), vez que se discute, no mencionado processo, questão prejudicial à presente higidez do lançamento, pois, consubstancia em situação na qual o contribuinte encontra-se fora do benefício do DESENVOLVE no período, eis que sua suspensão se deu de forma ilegal, por não possuir previsão na legislação.

Conforme aduzido pelo próprio defendente a análise da exação não deve prosperar no âmbito administrativo já que o contribuinte interpelou medida judicial, através de mandado de segurança, impetrado para discutir questão prejudicial à presente autuação, ou seja, a suspensão pelo Conselho Deliberativo do DESENVOLVE da Resolução nº 64/2018, de 04/09/2018 através da Resolução nº 77/2020, de 15/12/2020, cujo ato administrativo, sob análise judicial, também ensejou os valores do ICMS exigidos neste lançamento de ofício.

Assim, por ter o contribuinte optado pela interposição de medida judicial incidente sobre o mesmo objeto discutido na esfera administrativa, tal instância resta esgotada, como previsto no art. 126 do COTEB (Lei nº 3.956/81), a seguir:

*“Art. 126. Escolhida a via judicial pelo contribuinte, fica prejudicada sua defesa ou recurso, importando tal escolha a desistência da defesa ou do recurso interposto, considerando-se esgotada a instância administrativa, devendo o processo administrativo ser remetido à PROFIS para controle da legalidade e adoção das medidas cabíveis.”*

Por sua vez, o art. 117 do RPAF/BA, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, determina que a propositura

de medida judicial pelo sujeito passivo importa a renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa ou desistência da impugnação ou recurso acaso interposto, nos termos a seguir:

*Art. 117. A propositura de medida judicial pelo sujeito passivo importa a renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa ou a desistência da impugnação ou recurso acaso interposto.*

*§ 1º O Auto de Infração será remetido à DARC para inscrição na Dívida Ativa, na forma prevista no art. 113:*

*I - na fase em que se encontre, tratando-se de ação judicial relativa a Auto de Infração preexistente;*

*II - imediatamente após a sua lavratura ou quando se tomar conhecimento da existência da ação judicial, quando esta for anterior ao Auto de Infração, caso a discussão judicial diga respeito especificamente à matéria objeto do procedimento administrativo.*

Do exposto, concluo que a análise da defesa se encontra PREJUDICADA, quanto à exigência consignada no Auto de Infração, por se tratar de objeto com repercussão direta à demanda judicial interposta pelo contribuinte, **considerando-se esgotada a instância administrativa**, conforme previsto nos citados artigos 126 do COTEB e 117 do RPAF, devendo o processo administrativo ser remetido à PGE/PROFIS para controle da legalidade e adoção das medidas cabíveis.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a análise da Defesa apresentada relativa ao Auto de Infração nº 120018.0007/24-4, lavrado contra **ECOPEL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.**, no valor de **R\$ 1.513.596,67**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7014/96 e dos acréscimos legais, devendo o PAF ser encaminhado à PGE/PROFIS para adoção das medidas cabíveis.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 16 de setembro de 2025.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE / RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – JULGADOR